

Animação sociocultural na escola: aprendizagem da, pela e para a cultura

*Luiz Gustavo Lima Freire**

Resumo

Este artigo pretende oferecer reflexões sobre os fundamentos e as potencialidades da animação sociocultural, conceituada como um conjunto de ações destinadas a gerar processos de dinamização da vida social. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica consubstanciada pela nossa experiência como animador sociocultural, onde utilizaremos o conceito desenvolvido por Moulinier (1977) para quem a cultura é um meio privilegiado para o desenvolvimento dos países. O objetivo desse trabalho é incentivar a realização da animação sociocultural na escola oferecendo elementos aos profissionais e pesquisadores que queiram se debruçar sobre essa temática e/ou desenvolver projetos na área.

Palavras-chave: Cultura. Escola. Desenvolvimento.

Que, la dignité de l'homme exigeant la diffusion de la culture et l'éducation de tous en vue de la justice, de la liberté et de la paix, il y a là, pour toutes les nations, des devoirs sacrés à remplir dans un esprit de mutuelle assistance. (Constituição da UNESCO – Preâmbulo).

Nas últimas décadas a escola tem acolhido projetos e/ou ações no campo da animação sociocultural. Num país sem muita tradição nessa área, onde a maior parte da população não tem acesso a uma grande “fatia” do patrimônio cultural (atividades, bens, serviços), essa instituição tem se constituído num palco privilegiado para o seu desenvolvimento.

Desde a década de 1980 que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) vem realçando a existência de uma interação natural entre a cultura e a educação, afirmando que

[...] lejos de continuar siendo campos paralelos, la cultura e la educación se penetran mutuamente y deben desarrollarse en forma simbiótica, ya que la cultura irriga y nutre a la educación, mientras que ésta se revela el medio por excelencia de transmisión de la cultura... (UNESCO, 1982a, p. 11).

Apesar disso, continua existindo uma lacuna no que diz respeito aos estudos e às políticas públicas voltadas para o setor da cultura, do lazer em geral e da animação sociocultural em particular, inclusive a realizada na escola, o que talvez se deva ao baixo grau de importância que essas atividades têm tido para a esfera federal, uma vez que o estabelecimento de políticas para setores como o trabalho e a saúde parecem gozar de mais importância.

Em meio a essa conjuntura, algumas iniciativas pontuais, mas bem-sucedidas, vêm sendo postas em marcha, indicando o potencial dessas atividades para o desenvolvimento socioeconômico das regiões. Um exemplo delas é o Projeto Juventude em Movimento (JEM), do qual fizemos parte como animador sociocultural. Essa iniciativa surgiu da preocupação com a violência nas escolas municipais, levando a Prefeitura da Cidade do Recife, em 1993, a capacitar jovens

universitários para oferecer a grupos de estudantes (pequenas turmas chamadas de grupos culturais) uma alternativa de lazer.

Constituídas por atividades artísticas, desportivas, debates e passeios, em horários alternativos ao escolar, as atividades desse Projeto duraram até 1997, quando mudaram de enfoque e, em vez de compensar a ociosidade e prevenir a violência, tornaram-se um direito conquistado. Naquela altura o Projeto passou a se chamar Juventude, Educação e Animação Cultural, funcionando em todas as escolas da rede municipal e contando com mais de 250 animadores, vinte técnicos e três mil alunos.

As atividades culturais e desportivas eram permanentemente perpassadas por momentos de reflexão a respeito da “realidade” psicológica e social dos alunos (comunidade local). Abordava-se questões como o uso das drogas, as diversas formas de violência, a gravidez na adolescência, o mundo do trabalho, política e cidadania, a família, as religiões, entre outros aspectos. Almejava-se o estabelecimento de objetivos práticos, mas sobretudo pessoais (*Quais são os objetivos da minha vida e como eu os poderei alcançar?*). Além disso, privilegiava-se a execução de artefatos culturais relacionados às artes (dança, música, teatro), trabalho que também era pautado pela reflexão (*Qual a importância dos bens culturais, que legado eles nos deixaram e como utilizá-los para construir os nossos caminhos?*).

Uma das deficiências desse Projeto, talvez a mais importante, parece ter sido a inexistência de uma cooperação entre os profissionais que o compunham e a investigação científica. Enquanto os seus técnicos poderiam ter ajudado a “traduzir” a teoria na prática, tornando-a baseada na investigação, os investigadores científicos eventualmente interessados nessa temática poderiam ter relacionado melhor a sua atividade com a experiência daqueles. Na ausência desse tipo de colaboração parece não ter havido indicadores confiáveis dos resultados (a não ser numéricos) e, conseqüentemente, redirecionamentos (ou adaptações) dos planos de ação.

Ainda que o Brasil pudesse reivindicar teoricamente para a animação sociocultural na escola o *status* de prioridade, a carência de planos de ação acabaria por impedir e condicionar o sucesso (abrangência)

das atividades, uma vez que, parece claro, no conjunto das ações dessa instituição (estudo das disciplinas regulares) elas se situam em uma posição marginal.

Além disso, as atividades socioculturais desenvolvidas nesses estabelecimentos costumam ser marcadas pelo imprevisto, presente principalmente na falta de formação de animadores, de ambientes e materiais destinados ao seu exercício e de programação e planejamento das atividades.

As atividades quase nunca são transversais (interdisciplinares), não contam com a participação dos professores e costumam ser realizadas dentro de modelos focais, não havendo comunicação (diálogo) entre os intervenientes da escola de forma horizontal.

Assim, parece-nos relevante destacar o papel da avaliação dos processos, e de forma continuada. Esse tipo de análise poderia promover *feedbacks* mais rápidos, o que permitiria a correção de equívocos nas ações de forma ágil. Contudo, é imperativa a adoção de políticas intersetoriais ou uma comunicação entre os atores governamentais, os da escola e os da sociedade.

Importa, então, que os projetos sejam exercidos de forma organizada, que haja um trabalho de reflexão sobre as suas potencialidades e possibilidades e que existam esforços para integrá-los as demais atividades da escola (estabelecimento de um campo interdisciplinar). Nesse contexto, esse trabalho pretende contribuir com reflexões sobre os fundamentos da animação sociocultural na escola e como ela pode ser desenvolvida.

Origem e definição

A animação sociocultural tem a sua raiz no modelo de animação francês, que começou a ser realizado na década de 1960 com o objetivo de, ocupando o tempo livre dos estudantes (férias e interrupções letivas), prestar um serviço à comunidade. As atividades procuravam complementar a educação formal dos jovens, sendo desenvolvidas em colônias de férias e acampamentos. O seu surgimento é também uma consequência da revolução industrial (desertificação dos meios

rurais, desenvolvimento das cidades, tecnológico, informático e industrial, e aumento do tempo livre), tendo se dado pedagogicamente com base nos modelos da educação crítica (FREIRE, 1967) e da humanista, centrada no aluno (ROGERS, 2001).

Nas escolas brasileiras, ela começou a ser materializada com mais ênfase a partir da década de 1970, através das ideias do educador Darcy Ribeiro (1922-1997), que concebeu os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs)¹. Segundo ele, a escola deveria se caracterizar por uma maior permanência dos estudantes, permitindo o oferecimento de uma diversidade de atividades educativas que estimulassem um desempenho acadêmico pleno e contribuíssem para o desenvolvimento integral do aluno. Assim, ela passou a ser oferecida em períodos e espaços diversificados das escolas com o objetivo de ocupar a ociosidade dos alunos.

Não existe um consenso relativamente às definições dadas à animação sociocultural, mas, antes, uma contradição entre as inúmeras noções. A maioria dos autores reconhece que se trata de um conceito vago, impreciso e incompleto. Há autores, inclusive, que referem a impossibilidade de defini-la completamente, dada a sua natureza dinâmica (ação, movimento), triádica (animação, sociedade, cultura) e multitológica (educação, arte, formação) (ANDER-EGG, 1992, 2000; LIPOVETSKY, 1983).

Apesar disso, os elementos comuns entre a maioria dos autores demonstram que ela pode ser classificada como um conjunto de ações destinadas a gerar processos de dinamização da vida social. Assume-se que ela tem o objetivo de preencher criativamente o tempo, facilitar a comunicação interpessoal, promover formas de educação permanente e criar condições para a expressão, a iniciativa e a criatividade pessoal e grupal.

Para a Unesco (1997 *apud* ALEGRE, 2010), ela é um conjunto de atividades que têm o objetivo de estimular a iniciativa e a participação dos indivíduos nos processos de desenvolvimento das sociedades das quais eles fazem parte.

A animação sociocultural se relaciona ao autodesenvolvimento pessoal. Na escola, ela tem o objetivo primordial de complementar

as funções tradicionais dessa instituição pela via da educação não formal. Partindo da experiência pessoal do aluno, ela deve contribuir para despertar a curiosidade e o conhecimento, estimular a ação, desenvolver a relação dialógica entre os vários intervenientes da academia e da comunidade, e promover processos críticos e criativos que levem à autonomia, à liberdade e à felicidade (ALEGRE, 2010).

Ela pode suplementar as disciplinas regulares, na medida em que a escola não tem sido feliz na função de formar para a vida, o desenvolvimento pessoal, social, a assimilação cultural e o aprimoramento dos valores e atitudes, como sugere Moulinier (1977, p. 21):

L'animation culturelle et socioculturelle pourrait en effet être vue comme l'anti-école, le système imaginé pour compenser l'échec de l'enseignement dans la formation du citoyen et de l'homme cultivé.

O seu objetivo é proporcionar, de forma livre e voluntária, um conjunto de atividades (culturais, artísticas, sociais e desportivas) prazerosas, que obedeçam as necessidades motivacionais e de realização pessoal dos estudantes e/ou desenvolver matérias insuficientemente abrangidas noutras atividades da escola, perseguindo sempre os princípios cívicos, ambientais e desenvolvimentistas (LANÇA, 2003).

A animação sociocultural tem um *caráter educativo*, porque busca o aperfeiçoamento do aluno e a mudança das suas mentalidades, valores e atitudes, em função de um determinado ideal de homem; e um *contorno político*, porque aspira a um determinado modelo de sociedade e apresenta os meios para caminhar em direção a transformação estrutural dessa e a uma libertação pessoal e social (ALEGRE, 2010).

Constitui-se como um trabalho “artesanal” (cotidiano) e de base, na medida em que pretende dar resposta às necessidades do aluno ao mesmo tempo em que não renuncia às suas ideologias, nem se limita a receber os encargos inerentes as outras esferas da escola.

Seu escopo é proporcionar alternativas para a ocupação do tempo livre (ócio²), constituindo-se em um instrumento ao serviço das aprendizagens formais, como meio de integrar e partilhar saberes e vivências. Objetiva, ainda, permitir aos jovens a afirmação das

suas identidades, já que nesta faixa etária pode haver a tentativa de libertação da tutela (controle) da família.

Ela é uma atividade: *institucional*, porque trabalha de uma maneira organizada e em consonância com regularidades impostas pela escola; *processual*, porque se desenrola ciclicamente ao longo de um determinado tempo, dependendo da elaboração de um itinerário educativo e de projetos (executados *a priori*) da avaliação dos planos de ação (executados aquando) e da reorganização dos programas (executados *a posteriori*); *grupala*, porque envolve a participação de muitas pessoas (animadores, estudantes e demais intervenientes da escola e da sociedade); *intencional*, porque possui objetivos educativos claros; *operacional*, porque possui estratégias educativas e modos de agir próprios; e *multidisciplinar*, porque utiliza a opinião dos outros especialistas e áreas do saber para desenvolver as suas atividades (ALEGRE, 2010).

Democratização da cultura e promoção da inclusão social e econômica

A abertura da escola à animação sociocultural pode e deve se constituir num mecanismo de promoção da aprendizagem da cultura e da heterogeneidade cultural ou, como acena a Unesco (1982b, p. 13), daquilo que é a essência do próprio homem:

[...] la culture donne à l'homme la capacité de réflexion sur lui-même. C'est elle que fait de nous des êtres spécifiquement humains, rationnels, critiques et éthiquement engagés. C'est par elle que nous discernons de valeurs et effectuons des choix. C'est par elle que l'homme s'exprime, prend conscience de lui-même, se reconnaît comme un projet inachevé, remet en question ses propres réalisations, recherche inlassablement de nouvelles significations et crée des oeuvres qui le transcendent.

Na medida em que a cultura é tão hierarquizada quanto hierarquizante, é necessária uma redistribuição dos seus elementos, sob pena das sociedades não alcançarem o desenvolvimento do seu capital

social e humano. Segundo Moulinier (1977), existe uma distinção entre democratização da cultura e democracia cultural. Nesse sentido, a difusão cultural poderia ter um efeito perverso ao criar ou manter a hierarquia social.

O autor refere que, sendo a cultura um bem de consumo (vendável), esta não deixa de ser submissa à lógica econômica ou até um comportamento ostentatório de pertença manifestado pelas elites, e cita:

La culture est, à tous moments, l'enjeu d'une lutte. Ce qui se comprend, parce que, à travers l'idée de culture ou d'excellence humaine (l'homme cultivé, c'est, dans toutes les sociétés, l'homme accompli), ce qui est en cause et en jeu, c'est la dignité humaine. Cela signifie que, dans une société divisée en classes, les gens dépourvus sont et se sentent atteints dans leur dignité, dans leur humanité, dans leur être. Ceux qui possèdent, ou croient posséder la culture (la croyance, en ces affaires, est l'essentiel) oublient presque toujours les souffrances, toutes les humiliations qui s'accomplissent au nom de la culture. La culture est hiérarchisée et elle hiérarchise... Ce n'est pas seulement sur le terrain politique que la culture et le respect qu'elle inspire, réduisent au silence ceux qui en sont dépourvus... (BOURDIEU, 1977 apud MOULINIER, 1977, p. 71).

Utilizando o conceito de extração proposto por Certeau, Moulinier (1977) afirma que a distribuição desigual do capital cultural consiste no processo de distinção entre o que é "interessante" (cultura elitista) e o que não é. Esse trabalho de divisão (de categorização dos bens culturais) favoreceria maneiras de ser e pensar. Tratar-se-ia da consolidação dos valores nacionais e de uma linguagem de promoção cultural, que no fundo é uma política reforçadora (legitimada culturalmente) das posições sociais (culturais).

Nesse contexto, e assumindo que não existe povo sem cultura, o papel da animação sociocultural seria o de redistribuir o poder de decisão em matéria de cultura, promover a democracia cultural ou lutar para difundir o poder e a democracia à base. Com efeito, a cultura deve ocupar um lugar privilegiado no desenvolvimento dos países, em especial no dos mais pobres, na medida em que o cresci-

mento econômico não é suficiente. Assim, é preciso dar novamente ao homem sua dignidade, sua cultura, sua identidade, romper com a cultura singular e falar em termos de cultura popular, de pluralismo e de heterogeneidade. Não basta criar políticas de formação de animadores e escolas especializadas, mas promover condições de existência para as equipes de animação de base e para a liberação da expressão dos indivíduos (MOULINIER, 1977).

O exercício da animação sociocultural na escola pode se constituir num mecanismo de democratização da cultura aos alunos, permitindo a sua permanência na academia e fomentando o gosto vitalício pela arte e pelo esporte. Pode promover a inclusão e a transformação social diminuindo o tempo de exposição às situações de risco (doenças, drogas, criminalidade), inclusive porque é, em si mesma, um meio de aprendizagem social, através do qual o aluno pode aprender a respeitar o outro, a proteger os seus direitos, a respeitar as regras e a cooperar com os seus colegas.

Desde a sua origem que a animação sociocultural tem sido bastante associada aos trabalhos de Paulo Freire (1921-1997). Com efeito, esse autor tem a primazia de procurar desconstruir uma ideia que ainda é bastante marcada na contemporaneidade, a de que a Pedagogia deve se limitar à sala de aula, à relação professor-aluno e ao diálogo singular entre as pessoas que constituem a escola.

Uma leitura da Pedagogia Freireana mostra que as suas ideias mais incontornáveis e recorrentes são a “conscientização” e a “mudança” (FREIRE, 1967). Aplicando esses princípios à animação sociocultural teríamos um processo de alteração social consubstanciado pela reflexividade.

Nesse sentido, o animador sociocultural teria a responsabilidade e o compromisso de fomentar a transformação do contexto específico do qual ele e os alunos fazem parte. Ele se destituiria de uma aparente neutralidade histórica, considerando o seu papel na desmitificação da “realidade distorcida”. Atuaria superpostamente à sociedade, mediando a relação do aluno com o contexto e o ajudando a ser capaz de “ler ou interpretar o mundo”.

Decerto que uma compreensão do papel social da animação so-

ciocultural na atualidade depende da assunção das reformas pelas quais o Estado tem passado. Na medida em que a lógica neoliberal lhe tem atribuído um papel de regulador, a educação, com todas as suas *nuances*, não pode mais ser vista apenas sob uma ótica economicista.

De acordo com a Unesco (1982a, p. 11), “[...] la educación escolar y permanente, vehículo de cultura, se convierte en el instrumento más indicado de desarrollo nacional, tanto en el plano cultural como en el económico y social.”

Assim, não se tornando uma medida compensatória, a animação sociocultural pode continuar se inspirando na capacidade analítica e emancipadora do ser humano, o que pressupõe a conceitualização da dialética existente entre as forças sociais e as materiais. Naturalmente que tal processo envolve uma compreensão alargada das ideologias que continuam sustentando as relações e as diferenças sociais.

Formas de organização

A escolha do local onde a animação sociocultural pode ser praticada é democrática, as atividades podem ser desenvolvidas nos mais variados cenários (nos espaços físicos das escolas, museus, bibliotecas, arquivos, ginásios, jardins etc.). Seja qual for o local, o que importa é que ele ofereça condições materiais e que tenha sido anteriormente preparado para a realização dos trabalhos. As ações podem ser desenvolvidas nos contraturnos escolares, nas férias ou fins de semana, de forma rotineira ou esporádica, devendo sempre ser considerada a liberdade do aluno para decidir se quer participar (LANÇA, 2003).

A organização das atividades deve considerar os objetivos aos quais se quer chegar, a especificidade dos destinatários (gênero, faixa etária, nível social, motivações, expectativas), bem como, a pluralidade de âmbitos de atuação e as suas metodologias correspondentes (*idem*).

A intervenção sociocultural possui fundamentalmente quatro perspectivas metodológicas (ALEGRE, 2010):

Animação Formativa – Atividades que favorecem a aquisição dos

conhecimentos (o uso crítico da razão e a consciência social e econômica). Os temas (seminários, debates, círculos de cultura, mesas redondas, cursos) devem ir de encontro às necessidades dos estudantes e da escola e valorizar, sobretudo, o caráter funcional dos conteúdos, ou seja, têm de servir para a compreensão da realidade vivente e fomentar processos de modificação das condições concretas da existência.

Esse tipo de animação pode desenvolver melhorias nos planos intelectual e cognitivo por meio da elaboração de estratégias de atuação. A animação sociocultural pode ser uma coconstrução social fundamentada na aprendizagem cooperativa, o que supõe que também o aluno seja capaz de organizar as ações, estabelecer os planos, os objetivos, e avaliar o seu desempenho nas atividades.

Animação de Difusão Cultural – Atividades que favorecem o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural (cultura popular, de massa, transnacional e local, e patrimônio herdado, material e imaterial). Freire (2008, 2009), por exemplo, oferece uma experiência prática de como utilizar os arquivos públicos e os seus documentos manuscritos como instrumentos educativos, chamando a atenção para a necessidade do estabelecimento de parcerias institucionais entre a escola e essas entidades.

Assumindo que a cultura é um direito humano, essas ações (visitas a arquivos, monumentos históricos, museus, bibliotecas, galerias de arte, bibliotecas, videotecas) têm o objetivo de assegurar a apropriação crítica dos símbolos culturais.

O reconhecimento da educação como meio de transmissão cultural foi dado pela Unesco (1982b, p. 16), quando afirmou: “L’éducation est par excellence un moyen de transmission des valeurs culturelles nationales et universelles et doit permettre d’assimiler les connaissances scientifiques et technique sans porter atteinte aux capacités et aux valeurs de peuples.”

Assim, o que se espera é o envolvimento afetivo do aluno, a reinterpretção do patrimônio cultural (formas de representação artística X visões de mundo), a estimulação da criatividade, a potencialização dos desejos e a criação de ambientes propícios ao resgate da cida-

dania, baseados no reconhecimento da cultura produzida em cada comunidade.

Animação Artística – Atividades artísticas que favorecem a expressão de ideias e sentimentos, a estética e a criatividade (artes decorativas, plásticas, do espetáculo, literatura) através da utilização de diversos materiais, tais como barro, madeira, vidro, tecidos etc.

A animação artística pode abordar o desenvolvimento das capacidades necessárias à crítica das formas de arte, à percepção estética e à compreensão da arte como fenômeno cultural, daí que as atividades tenham que ensinar a criar formas visuais estéticas e expressivas (aspecto produtivo), a ver essas formas na natureza e na própria arte (aspecto crítico) e a compreender a arte no geral (aspecto cultural) (EISNER, 2000).

A aprendizagem da arte não é uma consequência automática da maturidade, a diferenciação perceptiva, assim como a cognitiva, é progressiva, ou seja, cresce à medida que a experiência em uma área específica (que inclui os pensamentos simbólico-verbal e simbólico-numérico) aumenta. Na medida em que tomamos decisões sobre a seleção e a organização dessas qualidades, exercitamos a inteligência qualitativa (que é diferente da discursiva) (*idem*).

A inteligência qualitativa (que inclui os modos visuais do pensamento) como modo de ação humana pode crescer por intermédio da experiência. Esse crescimento, por sua vez, amplia a consciência que nós temos do mundo e o significado que atribuímos a ele, bem como, o significado que o próprio mundo nos pode oferecer. Estudos têm demonstrado, por exemplo, que crianças de guetos, onde há um ingresso reduzido de novos indivíduos que pudessem trazer referências novas e com pouco acesso a outras comunidades, podem apresentar uma capacidade reduzida para distinguir aspectos sutis do seu entorno (EISNER, 2004).

Naturalmente que a animação artística não tem que privilegiar a criação de “artistas”, embora isso possa acontecer espontaneamente. Com a aquisição de habilidades complexas, as pessoas normalmente desenvolvem (até um nível “normal ou típico”) a capacidade para produzir arte. Com efeito, nem todas as pessoas que estudam

literatura escrevem “best-sellers”, assim como nem todos os que estudam matemática descobrem novas fórmulas. A arte promovida pela animação artística deve servir, antes, como uma ferramenta de trabalho, como um motor do desenvolvimento, como um recurso comunicativo ou como uma atividade de prazer (DORFMAN, 2007).

Animação Lúdica – Atividades desportivas realizadas ao ar livre e em contato com a natureza com o objetivo de favorecer o bem-estar físico e subjetivo (marchas, acampamentos, passeios, excursões, jogos, ginástica, artes marciais). Com efeito, o jogo pode ser aplicado na escola com fins pedagógicos, auxiliando no processo educacional e de desenvolvimento integral do aluno (FREIRE, 2012). Ele pode fomentar hábitos de higiene apoiados no cuidado e na segurança corporal, e a consciência ambiental através da preservação das condições ou dos contextos (ambientes) onde as atividades ocorrem (FREIRE, 2007).

O animador sociocultural e as políticas de formação

O animador sociocultural é um trabalhador social que deve ser qualificado e receber formação continuamente. Embora não exista uma homogeneidade, quer no perfil, quer na formação, quer nas funções atribuídas, ele é, sem dúvida, por excelência, a pessoa mais indicada para desenvolver as atividades, sendo necessário que esteja alicerçado na atualização científica, técnica, e numa ação reflexiva. Estas competências, aliás, são essenciais para que ele seja capaz de tomar decisões e desenvolver programas e projetos conducentes a uma prática consciente e libertadora³.

A sua função é a de conceber, avaliar e regular atividades socioculturais para ocupar o tempo livre dos alunos. Utilizando métodos pedagógicos e considerando as necessidades do estudante, da escola e da sociedade, o animador sociocultural deve procurar ajudar a resolver os conflitos de cada um desses eixos, bem como, as divergências que surgem em função da interação estabelecida entre eles (ALEGRE, 2010).

O seu trabalho pressupõe uma ação educativa, na medida em que ele favorece processos de mudança atitudinais, enquanto o seu

objetivo (último) é favorecer a comunicação grupal, de modo que as sociedades tomem consciência das situações nas quais vivem.

Historicamente, o animador sociocultural está ligado aos movimentos de cultura popular, à militância política, à falta de formação e à baixa remuneração. Normalmente, ele é jovem e provém do campo artístico, da educação e das ciências sociais. Não parece existir uma política formativa e nem profissional nessa área, embora atualmente a sua formação tenha começado a se emparelhar a da pedagogia social. Na França, por exemplo, país pioneiro nessa atividade, ele já possui esse estatuto, recebendo a designação de “educador social” (*idem*).

No seu documento relativo à participação e à contribuição das massas populares na vida cultural, de 1976, a Unesco recomenda aos Estados-Membros que contribuam com a formação de pessoal de ação cultural, em particular de animadores, que sirvam para difundir a informação, a comunicação e a expressão, pondo em relação os homens entre si e organizando a mediação entre o público, as obras, os criadores e as instituições culturais.

De acordo com esse documento, seria preciso, ainda, proporcionar a esse pessoal os meios de intervenção que lhes permitissem, por um lado, prestar apoio aos animadores locais (espontâneos) e, por outro, estimular a iniciativa e a participação, pondo em prática os processos de aprendizagem necessários a essa ação; além disso, fomentaria a utilização de instrumentos e aparatos de comunicação e expressão, que tenham valor pedagógico e um potencial criador.

Assim, a formação do animador sociocultural deve privilegiar a Sociologia, porque é preciso entender a dinâmica da sociedade; a Antropologia, porque é necessário conhecer e respeitar as culturas; a História, porque é preciso conhecer os antecedentes que pesam sobre a sociedade; a Psicologia, porque é preciso compreender as relações interpessoais; e a Pedagogia, porque é ela a base dos métodos que a animação adota. Além dessas, deve privilegiar o direito aplicado, as políticas sociais e culturais, a organização e a gestão das instituições socioculturais, e a deontologia profissional (ANDER-EGG, 1992).

Nesse sentido, o animador cultural deve ser, acima de tudo: um *catalisador*, porque motiva para a participação ativa; *um assistente*

técnico, porque proporciona os elementos, os conhecimentos e a assistência técnica para que se aprenda; um *mediador social*, porque ajuda a sistematizar e implementar as práticas sociais mediando conflitos; e um transmissor, porque proporciona informações e conhecimentos específicos (*idem*).

Considerações finais

A animação sociocultural (fins e meios) é essencialmente liberal, popular e humanista. Procura uma “sociedade aberta” onde se construa uma democracia de base, descentralizada e participativa.

Em um contexto de profundas desigualdades, ela pode ser um método de intervenção social, centrado no desenvolvimento integral dos alunos por meio da promoção de atividades destinadas a complementar a educação curricular de forma criativa.

O estímulo à prática de atividades culturais não deve ser uma obrigação exclusiva da escola, mas essa pode ser considerada um local privilegiado porque é nos jovens e nas crianças que o gosto pela cultura pode se tornar um hábito vitalício.

Esperamos que esse trabalho tenha chamado a atenção para a necessidade de políticas, inclusive de formação na área da animação sociocultural, reconhecendo que, na medida em que ela é crítica, as suas atividades poderão esbarrar em resistências de muitos níveis.

A animação sociocultural deve possuir um valor de destaque no processo de educação, porque é edificante e construtiva, promotora da formação do cidadão e das potencialidades do homem. Para que ela não se constitua numa ferramenta à disposição do assistencialismo, reproduzindo as relações de dominação existentes na sociedade brasileira, deve ser oferecida aos alunos de todos os níveis sociais e acompanhada do exercício reflexivo das conjunturas que determinam a sua prática, tanto da parte do animador, quanto da do aluno.

Não pretendemos que ela se converta numa forma padronizada de dirigir o lazer e a brincadeira que trazem imbuídos um caráter fundamentalmente informal, mas a escola pode conjugar a esse o princípio formativo (cultural), inclusive porque não tem que dispen-

sar o aspecto prazeroso, alegre e da descoberta.

A Animação sociocultural pode conduzir os estudantes a um diálogo criativo com as bruscas transformações dos nossos tempos, condição necessária para uma formação humanista, o que requer uma escola aberta a todos, não de portas abertas e vazias, mas preenchida com atividades livres e alegres.

Decerto que ela não resolverá todos os problemas da escola e os da sociedade, uma vez que esses são conjunturais, e, nesse sentido, não deve, inclusive porque não faz parte do seu papel, assumir uma postura redentora. Antes, é preciso considerar os seus limites e que ela avança fragmentariamente junto as demais esferas sociais. Não aceitando uma solução, ela pode contribuir no que toca à aprendizagem da cultura e à preservação do aparato cultural, condições essenciais do desenvolvimento social e econômico das nações.

Não lhe podemos atribuir um valor maior, podemos, no entanto, explicar o nosso objetivo: a busca do desenvolvimento integral (cultural, social, psicológico e físico) do aluno. Não seria essa já uma louvável missão?

Notas

* O autor é mestre em Ciências da Educação e doutorando em Psicologia da Educação pela Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia, bolsista da Fundação de Apoio à Ciência e à Tecnologia, a quem agradece o apoio, tendo atuado como animador sociocultural pela Prefeitura da Cidade do Recife e como investigador do Ministério da Cultura, no projeto de salvaguarda do patrimônio documental brasileiro em arquivos e bibliotecas europeus "resgate – Barão do Rio Branco".

¹ Instituições idealizadas no Brasil para a experiência de escolarização em tempo integral, voltadas para as crianças das classes populares, tentando atender as suas necessidades e interesses.

² Domenico Demasi elaborou uma teoria revolucionária que, entre outras premissas, assume a simultaneidade do trabalho, do estudo e do lazer; o crescimento do tempo livre e a diminuição do tempo dedicado ao trabalho, e a necessidade dos indivíduos e das sociedades dedicarem tempo à introspecção, ao convívio, à amizade, ao amor e às atividades lúdicas.

³ Para saber mais sobre prática libertadora ver (Freire, 1967).

Referências

ALEGRE, Sandra. **O contributo da animação sociocultural para uma escola de futuro: expectativas dos diferentes intervenientes.** 2010. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade de Trás-os-montes e alto douro, Vila Real, 2010.

ANDER-EGG, Ezequiel. **La animación y los animadores: pautas de acción y de formación.** Madrid: Ediciones Narcea, 1992.

_____. **Metodología y práctica de la animación sociocultural.** Madrid: Editorial CCS, 2000.

DORFMAN, Betriz. Pensar sem palavras ou a biologia do desenho. **Simpósio Nacional de Geometria Descritiva e Desenho Técnico / International Conference on Graphics Engineering for Arts and Design,** 2007. Curitiba – Paraná. Disponível em: <http://www.degraf.ufpr.br/artigos_graphica/PENSAR.pdf>. Acesso em: 16 maio 2013.

EISNER, Eliot. **Educar la visión artística.** Trad. D. Camacho. Barcelona: Paidós Ibérica, 2000.

_____. **El arte y la creación de la mente: el papel de las artes visuales en la transformación de la conciencia.** Trad. G. Sánchez. Barcelona: Paidós Ibérica, 2004.

FREIRE, Luiz Gustavo. A utilização de documentos manuscritos como instrumentos educativos. **Jornal a página da educação,** ano 17, n. 179, 2008.

_____. Copa e olimpíadas: oportunidade educacional e social. **Revista Ciência Hoje,** n. 294, 2012. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/2012/294/copa-e-olimpiadas-oportunidade-educacional-e-social>>. Acesso em: 23 maio 2013.

_____. Difusão educativa em arquivos. **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo,** n. 34, 2009.

_____. O papel da escola na promoção do cuidado com a terra. 2007. **Portal do meio ambiente. Rede brasileira de informação ambiental.** Disponível em: <<http://www.portaldomeioambiente.org.br/news//not.php?id=357>>. Acesso em: 16 maio 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

LANÇA, Rui. **Animação sociocultural e tempos livres: perspectivas de organização**. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio**. Lisboa: Relógio d'Água, 1983.

MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

MOULINIER, Pierre. **UNESCO La formation des animateurs culturels dossier 18-19**. Paris: Unesco, 1977.

ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

UNESCO. **Conferencia mundial sobre las políticas culturales**. Informe final. México, D.F., 26 de julio – 6 de agosto, 1982a. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000525/052505sb.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2013.

UNESCO. **Conferencia mundial sobre las políticas culturales**. México, D.F., 26 de julio – 6 de agosto, 1982b. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000546/054668mb.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2013.

_____. **Recomendación relativa a la participación y la contribución de las masas populares en la vida cultural**. 26 nov. 1976. Disponível em: <http://portal.unesco.org/es/ev.phpURL_ID=13097&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 18 maio 2013.

Recebido em 01 de julho de 2013.
Aprovado em 27 de agosto de 2013.

Résumé

Cet article vise à proposer une réflexion sur les fondements et les possibilités de l'animation socioculturelle, conceptualisée comme un ensemble d'actions visant à générer des processus de dynamisation de la vie sociale. Il est le résultat d'une revue de la littérature et de notre expérience comme animateur socioculturel où nous utilisons le concept développé par Moulinier (1977) pour qui la culture est un moyen privilégié pour le développement de les pays. L'objectif de ce travail est d'encourager la réalisation de l'animation socio-culturel à l'école offrant éléments aux professionnels et aux chercheurs qui veulent s'accrocher à cette question et/ou développer des projets dans ce domaine.

Mots-clés: Culture. École. Développement